

# *A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault*

The emergency of population as a political problem: the concept of governmentality in Michel Foucault

Igor Corrêa de Barros<sup>1</sup> – Universidade Federal de São João del Rei

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito de governamentalidade em Michel Foucault, mapeando seu desdobramento, do eixo do poder/saber para o eixo da subjetivação. A reelaboração da concepção de poder em termos de governo e a noção de conduta, extraídas das análises da pastoral cristã, foram à base para a construção do conceito de governamentalidade e para o deslocamento ético político do termo. Dessa forma, a noção de governamentalidade abrange dois eixos: os mecanismo de poder e as práticas de governo que tem como objetivo a sujeição dos indivíduos e, em um segundo momento, a relação e o governo que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com os outros.

**Palavras-chave:** Governo, Foucault, Governamentalidade, Estado.

**Abstract:** This work aims to present the concept of governmentality in Michel Foucault, mapping its unfolding, from the axis of power/knowledge to the axis of subjectivism. The re-elaboration of the concept of power as government and the notion of conduct, extracted from the analyzes of Christian pastoral, were the basis for the construction of the concept of governmentality, and for the political and ethical displacement of the term. Thus, the notion of governmentality encompasses two axes: the mechanism of Power and the practices of government that aim at subjecting individuals and, secondarily, there relation and governance that the individual establishes with himself and with others.

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela UFSJ. Contato: [igorbarros21@gmail.com](mailto:igorbarros21@gmail.com)

**Keywords:**Government, Foucault, Governmentality, State.

---

## Considerações Iniciais

No curso *Segurança, território e população*, 1977-1978, uma vez inserida no contexto dos estudos da biopolítica, a noção de população, e o espaço aberto por ela, levou Foucault a considerar o modo como o objeto da ação estatal deslocou-se da questão da administração do território para a questão da regulação da população e suas especificidades. Dessa forma, governar passou a significar mais que gerir o território, passou a significar também guiar as condutas dos indivíduos e dos grupos: governo das crianças, governo das almas, dos idosos; criando várias formas de governo dos homens.

A noção de governo em Foucault é ampla e não remete apenas à administração estatal; remete também a formas de guiar condutas, de “estruturar o eventual campo de ação dos outros”. Algo como a “conduta da conduta”, a direção da alma, o autocontrole, o governo da família. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p.234). É a partir do ponto de vista do governo da população que Foucault situa seu interesse pelo Estado. Com sua análise governamental, Foucault não tem a intenção de buscar uma definição do que é o governo, mas sim a de realizar uma análise epistêmica das formas de governo; promovendo uma investigação histórica das diversas práticas reais e concretas de governo que possibilitaram a formação, posterior, do Estado. Dessa forma, o Estado é problematizado a partir das múltiplas táticas de governo; processo que o autor chamou de governamentalidade. O Estado é situado como efeito móvel de governamentalidades múltiplas.

O conceito de governamentalidade talvez seja uma das noções mais delicadas e complexas do pensamento foucaultiano por estar inserido, em suas pesquisas, no deslocamento de ênfase do eixo poder/saber para o da subjetividade e da ética. Para enfrentar essa intrincada e ampla questão, este artigo trata inicialmente do conceito de disciplina e biopolítica e da articulação entre ambos os poderes. Em seguida, explora a genealogia do governo traçada por Foucault e a noção de conduta. Por último, enfoca o lugar do Estado na genealogia do governo e os desdobramentos da noção de governamentalidade.

## Analítica do poder: da normalização do indivíduo à regulação da população

As pesquisas de Foucault na década de 1970, mesmo que díspares e não sistematizadas, foram orientadas pela sua concepção relacional de poder e por uma análise ascendente desses mecanismos. Segundo o autor (2002), qualquer fenômeno pode ser deduzido como dominação da burguesia. Ainda segundo Foucault, isso não está de todo errado, mas não esgota a discussão, nem dá conta de explicar fenômenos como a exclusão em razão da loucura, a repressão à masturbação infantil ou a punição aos criminosos. Ao fazer o inverso, o filósofo buscou explicar, historicamente, partindo de baixo, do nível molecular e local, como o poder atua vinculando os agentes e os dispositivos de dominação que atuam na sociedade capitalista. Foucault procurou apresentar a micromecânica desses procedimentos de exclusão: a exclusão do louco, os dispositivos de vigilância e a medicalização da masturbação infantil, por exemplo.

Ao defender a ideia de que as relações de poder não são, basicamente, nem contratuais nem repressivas, Foucault (2014) sustenta que é falso definir o poder em termos negativos e destrutivos, ou, pelo menos, que a repressão não é tudo e nem é o aspecto mais fundamental das relações de poder. O que as suas análises evidenciam é que o poder na sociedade capitalista não conseguiria se manter apenas por meio da repressão. Dessa forma, o autor nos convida a refletir sobre o poder como um mecanismo produtivo e transformador:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 2014, p.135).

Em *Vigiar e punir*, 1975, Foucault examina o poder que é exercido sobre os indivíduos enclausurados, e também em todas as instituições sociais, como escolas, fábricas e quartéis. Esse micropoder específico dessas instituições produtor dos sujeitos foi definido como disciplina. A disciplina permite a normalização dos corpos em nível capilar e pode ser definida como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade utilidade.” (FOUCAULT, 2014, p.135). O que singulariza a disciplina é sua ação meticulosa e

exaustiva sobre os corpos, que são submetidos a uma maquinaria de poder que os esquadrinha, rearticula e recompõe.

A disciplina não se explica pelo uso da violência e da repressão. O corpo humano, como portador da força de trabalho, não se reprime, normaliza-se. Essa normalização é explicada pela arquitetura das instituições e pelo controle orgânico da atividade dos corpos. Métodos como a distribuição molecular dos indivíduos, vigilância e a punição normalizadora são responsáveis pela produção de indivíduos dóceis, em uma relação de utilidade docilidade. Os objetivos econômico e político óbvios são: o acréscimo na utilidade e a potencialização da força de trabalho e, ao mesmo tempo, a diminuição da capacidade de resistência, da revolta, bem como, a neutralização da contraconduta política e da insurreição. Enfim, “aumentar a força econômica e diminuir a força política” (MACHADO, 2019a, p. 20).

As análises genealógicas de Foucault encontraram outros rumos a partir de 1976 com o estudo da sexualidade. No último capítulo de *A vontade de saber*, 1976, o filósofo sustenta que os dispositivos de sexualidade não são apenas do tipo disciplinar; em outras palavras, o investimento do poder sobre a sexualidade dos indivíduos não acontece somente em nível molecular, mas também por dispositivos que estão centrados na população e na regulação dos processos biológicos. Esse poder sobre a vida, que Foucault chamou de biopolítica, seria fruto de uma das principais mudanças políticas da modernidade: a estatização do biológico e a entrada da vida nos cálculos e dispositivos de poder.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 2019, p. 154).

Vê-se inscrita nessa citação a noção de biopolítica. Foucault sentiu a necessidade de explicar a emergência do aspecto biológico, introduzindo a noção de população e promovendo uma análise dos dispositivos biopolíticos que atuam em nível global. No tópico “Situação do curso”, presente no livro *Segurança, território e população*, o filósofo Michel Senellart defende que, nesse momento da pesquisa foucaultiana, o Estado ganha maior centralidade,

pois: “a gestão dos processos biológicos das massas humanas, ao contrário das disciplinas, envolve de fato o aparelho do Estado. É no nível do Estado que se encontram os órgãos complexos de coordenação necessários a esse fim”. (SENELLART, 2008, p. 520).

O capitalismo transformou o corpo orgânico e a vida no centro de suas estratégias de poder. Ao contrário da disciplina, que individualiza e atua no homem-corpo considerado como máquina, a biopolítica envolve estratégias globais de gerenciamento da vida e dos processos biológicos e tem como alvo a população enquanto homem-espécie. As questões ligadas à vida passam a serem geridas pelo Estado, como os índices de natalidade, mortalidade, sexualidade, epidemias, pandemias e higiene. Dessa forma, a biopolítica age sobre a população com o objetivo de assegurar e aprimorar a existência.

A biopolítica atua sobre uma população de indivíduos já disciplinados. Apesar de apresentar diferenças, como explicitado acima, a biopolítica é complementar ao poder disciplinar. Foucault defende que apesar de possuírem dispositivos heterogêneos e atuarem em níveis diferentes, os dois tipos de mecanismos instituíram-se como objeto de poder e saber. Enquanto o poder disciplinar é um poder individualizante que atua de forma capilar, uma anátomo-política do corpo humano, a biopolítica caracteriza-se como um poder massificante, uma biopolítica da espécie humana, que tem por objetivo gerir a vida do corpo social. (FOUCAULT, 2002, 289).

A disciplina e a biopolítica atuam em níveis diferentes, o que possibilita uma articulação entre ambas. Segundo Foucault (2002), a biopolítica possui duas faces, sendo a disciplina a primeira fase desse poder:

Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos reguladores – Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organodisciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a biorregulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 2002, p.298).

Em suma, o poder disciplinar é o primeiro nível do biopoder, uma condição para a regulação da população. O que permite a integração entre ambas formas de poder é a norma, que pode ser aplicada a um corpo que se deseja disciplinar ou a uma população. “A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação”. (FOUCAULT, 2002,302).

## Genealogia do governo

O espaço aberto pelo conceito de biopolítica conferiu novos contornos à genealogia do poder. Ao analisar os mecanismos de poder ligados à gestão da vida da população, Foucault voltou sua atenção para fenômenos de maior escala, o que marcou a expansão da sua noção de poder. No curso *Segurança, território e população*, Foucault apresenta o poder em termos de condução da conduta, ou seja, a forma pela qual um indivíduo ou grupo interfere na conduta do outro, exercendo sobre ele um governo. Mais do que práticas políticas, como administrar um território ou um Estado, governar possui um sentido ético-político é tomado como a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros. “O ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios. Pode chamar-se a isto o governo.” (FOUCAULT, 1993, p. 208-209).

Com enfoque no problema do governo, na aula de primeiro de fevereiro de 1978, Foucault introduz o conceito de governamentalidade<sup>2</sup>. Com esse conceito, abre-se um novo campo de pesquisa, que marca a introdução do Estado na analítica do poder. Nas palavras do autor, a governamentalidade refere-se ao:

conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros –soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado

---

<sup>2</sup>O conceito de governamentalidade ganha dois sentidos em Foucault: um político, ligado ao governo e as práticas políticas e um sentido ético político, trabalhado pelo autor em *História da Sexualidade* (1984) – *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, e nos cursos *A hermenêutica do sujeito* (1981-1982), *O governo de si e dos outros* (1982-1983) e *O governo de si e dos outros: A coragem da verdade* (1983-1984). O presente artigo tem como objeto de estudo a governamentalidade política, desenvolvida a partir do curso *Segurança, Território e população*.

administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ ( FOUCAULT, 2008, p.143-144).

Por governamentalidade Foucault (2008) entende o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que tornaram possível o exercício de um tipo específico de poder centrado na administração dos recursos e na disciplina. As mudanças na concepção de governo no século XVI tiveram como consequências o aparecimento de uma arte de governar, que paulatinamente possibilitou uma governamentalização do Estado, a partir de poderes que já se encontravam pela sociedade. Dessa forma, Foucault realizou ao mesmo tempo uma genealogia do governo e do Estado moderno.

Para realizar a genealogia das formas de governo, Foucault apresenta uma nova interpretação do poder pastoral; uma relação de poder de tipo religioso encontrada principalmente no ocidente mediterrâneo. As sociedades antigas, principalmente, Egito e Mesopotâmia, atribuíam aos líderes políticos os cuidados que antes eram próprios de Deus. Dessa forma, o pastor era um líder, um governante no sentido moral, uma espécie de representante direto de Deus na Terra. É do poder pastoral que advém a noção de governo enquanto conduta e direção da consciência. A principal tese acerca da genealogia do governo é a de que as tecnologias do poder pastoral são a matriz da governamentalidade moderna.

Foucault (2008) sustenta que o poder pastoral possui três características essenciais: primeiro, o poder pastoral é um poder de cuidado, exercido pelo pastor sobre uma multiplicidade em movimento; segundo, é um governo das almas, que tem por objetivo a salvação dos indivíduos; terceiro, é uma relação de poder que é ao mesmo tempo individualizante e totalizante. A ideia de condução presente na relação pastor-ovelha não desapareceu com o fim do pastorado, mas foi modificada pelas tecnologias modernas de governo.

De fato, o poder pastoral é a porta de entrada de Foucault na questão do governo. O poder pastoral é uma relação de poder que tem como principal objetivo a busca pela melhor forma de se conduzir e governar os homens. A história da pastoral, como prática de conduta está na gênese das práticas de governo moderna de condução dos homens:

Não houve passagem do pastorado religioso à outras formas de conduta, de condução, de direção. Houve, de fato, intensificação, multiplicação, proliferação

geral dessa questão e de suas técnicas de conduta. Com o século XVI entra-se na era das condutas, na era das direções, na era dos governos (FOUCAULT, 2008, p. 309).

O problema do governo se prolifera na modernidade e penetra o âmbito político, inserindo a busca pela melhor forma de se conduzir os indivíduos e a população. O poder é pensado a partir de um conjunto de aspectos-problemas:

Segundo qual racionalidade, qual cálculo, qual tipo de pensamento se poderá governar os homens no quadro da soberania? (...) sobre o quê, especificamente, deve incidir esse governo dos homens, que não é aquele da Igreja, que não é aquele do pastorado religioso, que não é da ordem do privado, mas que é da função e da alçada do soberano e do soberano político? (FOUCAULT, 2008, p.311).

No século XVIII, nota-se a necessidade de governar não mais o território apenas, como faziam os soberanos absolutistas, mas também de, num sentido amplo, gerir da melhor forma possível todos os bens e pessoas segundo uma pluralidade de objetivos. Nessa perspectiva, evidencia-se a generalização do problema da condução das condutas característico da pastoral cristã e a criação das mais variadas práticas de governo. Em suma, o Estado e o território são apenas outros elementos que precisam ser governados e isso inclui o governo das populações e dos seus problemas próprios, tais como: natalidade, mortalidade, proliferação de doenças, abastecimento, entre outras questões.

Promovendo uma refinada pesquisa sobre a literatura política do século XVI, Foucault (2008) relata que os tratados da época tinham como objetivo aconselhar o soberano quanto ao melhor modo de conduzir o território, literatura que teve sua maior expressão na obra *O Príncipe*, de Maquiavel. Entretanto, Foucault (2008) constata o aparecimento de uma nova mentalidade quanto às formas de governo, no sentido de guiar os mais diversos tipos de condutas. O problema do governo apresenta-se no século XVI das mais variadas maneiras: governo de si; governo das crianças, tema central da pedagogia; governo das almas, representado pela pastoral cristã.

A literatura anti-Maquiavel é um dos principais pontos de introdução da questão do governo do Estado na política, discussão que se aflorou a partir do século XVI. Mais do que uma crítica à soberania, os textos da chamada “arte de governar” possuem uma positividade no sentido de representarem uma preocupação relativa à formulação de uma teoria que dê



conta de criar estratégias e conceitos para esclarecer questões como: “Para quem governar?”, “O que governar?”, “Como governar?”.

Na arte de governar, o objetivo é gerir da melhor forma possível todos os bens e pessoas, o que deixa claro uma pluralidade de objetivos. Mais uma vez, assim como o Estado, o território é apenas mais uma variável que precisa ser governada. Para alcançar tal finalidade, ao invés de usar violência e leis, há uma diversificação das táticas e dos dispositivos de poder, que são manipulados por muitos agentes.

O contexto histórico do século XVII foi um entrave para a governamentalização: as várias guerras e crises impediram que uma administração das especificidades da população se expandisse. A arte de governar só conseguiu expandir-se no século XVIII, com o crescimento das populações e com a criação da Estatística, que possibilitou um conhecimento preciso e sistematizado da população. Foi criado, portanto um saber específico do qual o Estado necessitava para conhecer a realidade a ser governada e para gerir a população da melhor forma possível, por meio de campanhas, técnicas, que têm por finalidade aumentar as riquezas, a saúde, otimizar a vida e os processos biológicos.

## Governamentalização do Estado

A genealogia do governo traçada por Foucault coincide com a genealogia do Estado moderno, uma vez que o autor considera este como um efeito do processo de governamentalização da sociedade. Nas palavras do autor:

Não se pode falar do Estado-coisa como se fosse um ser se desenvolvendo a partir dele mesmo e se impondo por um mecanismo espontâneo, como automático, aos indivíduos. O Estado é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto de práticas que fizeram efetivamente que o Estado se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo (FOUCAULT, 2008, p.369).

Dessa forma, Foucault rejeita a ideia de se considerar o Estado como um lugar privilegiado na atuação da política a partir da modernidade e coloca em xeque a existência cristalizada e duradoura dessa instituição. O Estado é abordado como um efeito do processo

de governamentalização e dos dispositivos de poder implementados a partir do século XVI. Em suma, o objetivo de Foucault é tratar o governo dos homens fora da dimensão do Estado, que não é considerado pelo autor como o resultado de uma multiplicidade de poderes, mas como uma dessas multiplicidades de poder.

Foucault (2008) faz uma análise do Estado a partir do seu exterior, da várias práticas de governo que possibilitaram a formação e a sobrevivência do Estado. Para o autor, mais importante que a estatização da sociedade foi a governamentalização do Estado, processo pelo qual o Estado passa a fazer uso e a cristalizar formas de poder que já se encontravam pela sociedade. Portanto, na visão de Foucault, o Estado sistematizou formas periféricas de poder que se encontram espalhados em rede, tornando-se a figura central na gestão da sociedade. O Estado deve agora gerir a população e promover condições razoáveis de vida, como trabalho, higiene e saúde. Em suma, o Estado é pensado como um conjunto de dispositivos que não se reduzem ao aspecto econômico e jurídico.

O Estado que antes deveria ser contornado para melhor se entender as relações de poder, agora é imprescindível para se entendê-las. A crítica à concepção jurídica do poder, realizada por Foucault no início da analítica do poder, ganha prolongamento na genealogia da governamentalidade, pois o Estado é entendido como prática governamental, sobre o prisma da conduta e do governo; o que contraria as teorias políticas contemporâneas. O Estado é destituído de seu papel de fundamental na política, como sede detentora de todo o poder, na medida em que é colocado como um dispositivo de poder que se articula com técnicas de governo. O Estado moderno passa a ser entendido como algo real, como um efeito de governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p.280).

Para o autor, a essência da racionalidade do Estado está na noção de conduta disseminada pelo poder pastoral. Foucault não sustenta que houve uma teologização da política, nem uma transferência de funções eclesásticas para a máquina estatal, mas a incorporação e modificação política da ideia de conduta e de aspectos próprios do poder pastoral. Esse acontecimento só foi possível, observa Ortega “mediante a incorporação, a partir do século XVI, das diferentes técnicas do poder pastoral, técnicas de individuação e procedimentos globalizantes cuja expressão principal é o biopoder” (ORTEGA, 2002, p.107).

Na modernidade, algumas técnicas da pastoral foram disseminadas e modificadas de acordo com as necessidades de se conduzir a população. Algumas ideias da pastoral estão na matriz da racionalidade política moderna: na pastoral, a condução tinha sentido transcendental, divino, enquanto governo das almas. No âmbito do Estado, o fim último da

salvação é os homens na vida terrena, enquanto melhores formas de se viver na Terra. Além de promover o bem estar da população, a ideia de salvação está ligada em primeiro lugar à conservação do Estado, lógica própria segundo a qual a máquina estatal opera sempre buscando conservar-se, doutrina conhecida como razão de Estado. Desse modo, a ideia de salvação e de obediência presentes na pastoral foram substituídas pela necessidade de conservação do Estado e de regulação da população.

No início dos anos 1980, o interesse cada vez maior de Foucault pela ética e subjetivação representou um deslocamento na noção de governamentalidade. Na terceira fase dos estudos foucaultianos, governamentalidade adquire sentido ético-político<sup>3</sup>, e é tomada como a relação do indivíduo consigo mesmo:

(...) a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. Enquanto a teoria do poder político como instituição refere-se, ordinariamente, a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis – deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo. Isto significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética (FOUCAULT, 2004, p. 306-307).

Os estudos da subjetividade e do cuidado de si ganham força na fase final da vida do autor, pois, segundo ele, a genealogia do governo no ocidente só pode ser feita a partir da integração entre os campos político e ético: “O ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios. Pode chamar-se a isto o governo.” (FOUCAULT, 1993, p. 208-209).

---

<sup>3</sup>Em uma entrevista concedida em 1984, dois anos após o curso *A Hermenêutica do Sujeito*, Foucault define a governamentalidade ético política de maneira semelhante. “[...] nessa noção de governabilidade, visto ao conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. Isso se fundamenta então na liberdade, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro.” (2006, p. 286).

No ano de 1980, Foucault entende por governamentalidade a confluência entre práticas da governamentalidade política e da governamentalidade ético-política. Dessa forma o autor define governamentalidade como o “encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (2004, p. 784).

Acreditamos que o desdobramento do conceito de governamentalidade atribuiu maior operabilidade ao conceito de poder: a concepção de poder de cunhagem nietzschiana como multiplicidade de relações de forças dará espaço a uma noção de poder como condução das condutas, o que ampliará seu campo de aplicação.

Nesse desdobramento das noções de governamentalidade e poder, o indivíduo poderá usar do governo de si como prática de resistência, subvertendo os mecanismos de sujeição, exercendo a arte de não se deixar governar. Dessa forma, nos estudos foucaultianos a análise do cuidado de si atribui voz e espaço à resistência. Butler (2005) observa que a virtude na ética foucaultiana reside em não se deixar governar de tal modo por tais pessoas ou instituições:

A virtude pertence a uma ética que não se efetua pela simples observância de regras ou de leis objetivamente formuladas. Ela não é apenas um modo de se submeter ou de se conformar às normas preestabelecidas. Trata-se, de forma mais radical de uma relação crítica às normas, relação que para Foucault, toma a forma de uma estilização da moralidade. (BUTLER, 2005, p.82).

Em suma, uma análise refinada permite constatar que a noção de governamentalidade é reconfigurada por Foucault; e ganha um sentido mais abrangente e até mesmo abstrato, e passa a se referir não só às tecnologias de governo, como também ao domínio ético-político das relações do indivíduo consigo mesmo. Governamentalidade passa a englobar dois eixos: os mecanismos que visam à sujeição dos indivíduos (governo dos outros) e os modos como os indivíduos resistem e criam novas formas de governo de si, não se deixando conduzir. Esse desdobramento na noção de governamentalidade nos ajuda a entender porque Foucault foi, paulatinamente, substituindo os termos “poder” e “resistência” por “governo” e “contraconduta”. Senellart observa que a partir do curso *Do governo dos vivos* (1980), o conceito de governamentalidade se separa da questão do Estado e ganha uma dimensão ética “para se tornar coextensivo ao campo semântico do ‘governo’” (SENELLART, 2008, p.403)

## Considerações finais

Na genealogia da governamentalidade, Foucault demonstra como os micropoderes se articulam com o Estado, sem jamais limitarem-se a ele. Dessa forma, o autor faz uma combinação entre aspectos micropolíticos e questões macropolíticas da governamentalização para explicar o Estado a partir de práticas gerais de governamentalidade, destituindo o Estado do posto de figura central do jogo político; o que reforça sua concepção relacional de poder.

A conclusão mais refinada que podemos extrair da reflexão aqui apresentada é de que o poder pastoral está na matriz das tecnologias governamentais que atuam na sociedade ocidental. O processo que Foucault chamou de governamentalidade funciona por meio de uma rede de práticas governamentais que são ao mesmo tempo individualizantes e totalizantes, que atuam com o objetivo de impor ao indivíduo identidades pré-fixadas.

Em seus estudos sobre a ética do cuidado de si, a análise da governamentalidade se desdobra em uma concepção ético-política do sujeito ativo e produtor; um sujeito condutor dos outros e de si mesmo. CandiOTTO interpreta os últimos escritos de Foucault como o deslocamento da “análise de dispositivos anônimos” para o problema do governo como “relação entre indivíduos agentes” (CANDIOTTO, 2010, p. 111). Partindo deste prisma, podemos encarar as contracondutas atuais como lutas de dessasujeitamento, lutas contra o excesso de governo alheio, uma luta pela prevalência do governo que o sujeito exerce sobre si mesmo e pela criação de novas formas de subjetividade.

## Referências

- BUTLER, Judith. *Qu'est-ce que la critique? Essaisurlavertuselon Foucault*. Em MarieChristineGranjon (Org.), Penseravec Michel Foucault. Théorie critique et pratiques politiques. Paris: Karthala, 2005.
- CANDIOTTO, César. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995
- FOUCAULT, Michel. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: Ditos e escritos V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 264-287.
- \_\_\_\_\_. *A Hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. São Paulo: Paz e Terra, ed.8, 2019.
- \_\_\_\_\_. “O sujeito e o poder”. In: Rabinow, Paul.; Dreyfus, Hubert. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). Im: Revista de Comunicação e linguagem. Lisboa: ed. 19, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, ed.42, 2014.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, ed.9, 2019a.
- ORTEGA, Francisco. *Genealogia da amizade*. São Paulo. Iluminuras. 2002.
- SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

**Submetido em: 20/12/2019**  
**Aceito em: 19/04/2020**